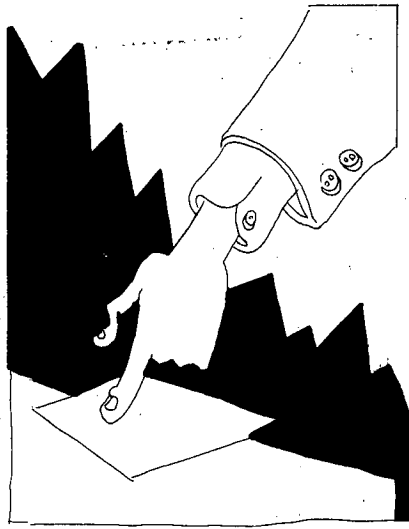


Barelli já não conta com reforma tributária

Rio — O ministro do Trabalho, Walter Barelli, disse ontem, no Rio, que o Governo não trabalha mais com a hipótese de o Congresso Nacional aprovar uma reforma tributária que entre em vigor no ano que vem, porque tudo teria de ser votado até o dia 31 de dezembro, o que é pouco provável. Ele afirmou que a reforma virá, mas provavelmente para o próximo governo. O ministro lamentou os problemas surgidos no Congresso Nacional que poderão atrasar a revisão constitucional: "Esse Governo precisa ser benzido".

Barelli acha que a reforma emergencial proposta pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que prevê aumento de impostos, acabará sendo inevitável. Ele defendeu, no entanto, que o aumento de impostos seja acompanhado de uma distribuição de renda, "pois a inflação é o pior dos impostos que os mais pobres pagam". O ministro disse que não se pode aumentar a carga tributária para as pessoas de me-



nor poder aquisitivo "e os que ganham mais é que deverão pagar mais".

Críticas — O ministro do Trabalho criticou os empresários e os responsabilizou pelo aumento da inflação. Para ele "com uma política salarial que tem redutor, houve redução de custos para as empresas que não foi repassada à

sociedade, o que gerou inflação". O ministro disse que apesar disso continua discutindo com os empresários para que eles reduzam as horas extras.

Barelli disse que até mesmo a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), que nunca havia comparecido a uma audiência na Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, atendeu ao convite do Ministério do Trabalho e foi discutir a questão das horas extras.

O ministro voltou a defender a criação de um imposto sobre o consumo para substituir os encargos sociais dos salários que, segundo ele, dificultam a ampliação da contratação de mão-de-obra. De acordo com Barelli, "não se trata de retirar os direitos dos trabalhadores e sim os encargos que oneram as folhas de pagamentos". O ministro entende que com o alívio sobre as folhas de pagamentos será possível até mesmo criar novos direitos ou ampliar os existentes para os assalariados.